



A proposta do panpsiquismo como alternativa cosmológica frente à crise do pensamento ocidental

Gian Carlos Galhardo¹

Resumo: Este trabalho examina o panpsiquismo como alternativa cosmológica frente à crise do pensamento ocidental moderno. A partir de uma leitura articulada de David Skrbina (2005), Arne Johan Vetlesen (2019) e William Seager (2020), argumenta-se que o paradigma mecanicista e antropocêntrico falhou tanto em explicar a mente quanto em sustentar uma relação ética com o mundo natural. Skrbina reconstrói o panpsiquismo como metateoria da mente, capaz de superar os limites do fisicalismo e do dualismo; Vetlesen conecta a questão ao Antropoceno, propondo o panpsiquismo como condição para uma ecologia pós-antropocêntrica; e Seager oferece uma defesa sistemática da consciência como aspecto fundamental da realidade. Em conjunto, esses autores revelam o potencial do panpsiquismo para redefinir a filosofia da mente, a ética ecológica e a cosmologia contemporânea, abrindo espaço para novas formas de historicidade e de coexistência sensível entre humanos e não humanos.

Palavras-chave: panpsiquismo; consciência; antropoceno; cosmologia.

The proposal of panpsychism as a cosmological alternative to the crisis of western thought

Abstract: This paper examines panpsychism as a cosmological alternative to the crisis of modern Western thought. Based on an articulated reading of David Skrbina (2005), Arne Johan Vetlesen (2019), and William Seager (2020), it argues that the mechanistic and anthropocentric paradigm has failed both to explain the mind and to sustain an ethical relationship with the natural world. Skrbina reconstructs panpsychism as a metatheory of mind, capable of overcoming the limits of physicalism and dualism; Vetlesen connects the issue to the Anthropocene, proposing panpsychism as a condition for a post-anthropocentric ecology; and Seager offers a systematic defense of consciousness as a fundamental aspect of reality. Together, these authors reveal the potential of panpsychism to redefine the philosophy of mind, ecological ethics, and contemporary cosmology, opening space for new forms of historicity and sensitive coexistence between humans and non-humans.

Keywords: panpsychism; consciousness; anthropocene; cosmology.

La propuesta del panpsiquismo como alternativa cosmológica a la crisis del pensamiento occidental

Resumen: Este artículo examina el panpsiquismo como alternativa cosmológica a la crisis del pensamiento occidental moderno. Basándose en una lectura articulada de David Skrbina (2005), Arne Johan Vetlesen (2019) y William Seager (2020), argumenta que el paradigma mecanicista y antropocéntrico ha fracasado tanto en la explicación de la mente como en el mantenimiento de una relación ética con el mundo natural. Skrbina reconstruye el panpsiquismo como una metateoría de la mente, capaz de superar los límites del fisicalismo y el dualismo; Vetlesen conecta la cuestión con el Antropoceno, proponiendo el panpsiquismo como condición para una ecología postantropocéntrica; y Seager ofrece una defensa sistemática de la conciencia como aspecto fundamental de la realidad. Juntos, estos autores revelan el potencial del panpsiquismo para redefinir la filosofía de la mente, la ética ecológica y la cosmología contemporánea, abriendo espacio para nuevas formas de historicidad y una coexistencia sensible entre humanos y no humanos.

Palabras clave: panpsiquismo; conciencia; antropoceno; cosmología.

¹ Doutorando em Filosofia na Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: giangalhardo@outlook.com

1 Introdução

A emergência da questão da consciência como um problema filosófico insolúvel para as ontologias dominantes da modernidade — sobretudo o fisicalismo e o dualismo — tem conduzido à retomada de perspectivas alternativas antes marginalizadas, entre elas o panpsiquismo. Este trabalho propõe uma leitura integrada de três textos fundamentais que, a partir de diferentes perspectivas, convergem em um mesmo diagnóstico: o paradigma mecanicista e antropocêntrico moderno falhou em oferecer uma explicação satisfatória para a existência da mente e, mais amplamente, para a posição do humano na totalidade do real. A alternativa sugerida é uma cosmologia panpsiquista, na qual a interioridade, a experiência e a agência não são propriedades emergentes e localizadas, mas traços fundamentais da própria constituição do mundo.

A obra de David Skrbina (2005), *Panpsychism and the Ontology of Mind*, cumpre o papel de fundamento conceitual. Neste livro, o autor reconstrói o panpsiquismo como uma metateoria da mente que atravessa toda a história da filosofia ocidental, destacando sua potência explicativa diante dos impasses do materialismo contemporâneo. Sua análise ontológica detalha a fragilidade tanto do monismo fisicalista quanto do dualismo interacionista, sugerindo que apenas uma concepção em que toda forma de ser possui alguma dimensão mental pode superar o abismo mente-corpo. Assim, Skrbina (2005) oferece o alicerce teórico a partir do qual as outras abordagens podem ser compreendidas em profundidade.

Em concordância com a perspectiva acima, Arne Johan Vetlesen (2019), em seu livro *From Anthropocentrism to the Anthropocene*, articula o panpsiquismo ao colapso ecológico e civilizacional do Antropoceno. Sua análise evidencia que o paradigma mecanicista não apenas falhou teoricamente, mas produziu efeitos destrutivos concretos ao fundar práticas socioeconômicas que tratam a natureza como um objeto inerte, explorável e sem valor intrínseco. Vetlesen (2019) propõe, então, que a superação do Antropoceno exige uma revolução ontológica: abandonar a cisão entre sujeito e objeto, humano e natureza, e reabilitar uma cosmologia em que todos os seres são portadores de interioridade e agência. Assim, o panpsiquismo aparece não apenas como uma hipótese metafísica, mas como condição de possibilidade para uma ética pós-antropocêntrica e uma nova ecologia da coexistência.

Por fim, William Seager (2020), em seu texto *A Panpsychist Manifesto*, retoma a proposta panpsiquista em chave analítica, construindo uma defesa sistemática da tese de que a consciência — em sua forma mais elementar — deve ser considerada um aspecto fundamental

da realidade. Seager (2020) amplia a discussão para o campo contemporâneo da filosofia da mente, confrontando o panpsiquismo com as principais correntes rivais e mostrando como ele oferece respostas mais consistentes para o “problema difícil da consciência”². Seu texto funciona como uma culminação lógica: a partir da base ontológica traçada por Skrbina (2005) e da crítica civilizacional de Vetlesen, Seager apresenta um manifesto que consolida o panpsiquismo como alternativa filosófica legítima, rigorosa e promissora.

A leitura articulada desses três textos permite compreender o panpsiquismo não apenas como uma curiosidade metafísica do passado, mas como uma proposta ontológica robusta, capaz de reorientar a filosofia da mente, a ética ecológica e a cosmologia contemporânea em direção a uma nova concepção de mundo: um mundo pleno de interioridade, sensibilidade e conexão.

Este trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina *Tópicos Especiais em Filosofia da História*, tem como objetivo examinar filosofias que rompem com os paradigmas tradicionais do pensamento ocidental. Ao problematizar a centralidade do humano, a separação entre sujeito e objeto e a noção de matéria inerte, os textos aqui discutidos oferecem um campo fértil para pensar outras formas de historicidade e cosmologia — abrindo espaço para visões do mundo que não apenas integram o humano à teia da vida, mas reconhecem agência, valor e experiência nas múltiplas manifestações do real.

2 A ontologia da mente e o desafio panpsiquista

No primeiro capítulo de sua obra, David Skrbina (2005) inaugura sua investigação sistemática sobre o panpsiquismo traçando um panorama filosófico que entrelaça ontologia e filosofia da mente. O autor parte de um diagnóstico fundamental: o problema da mente, apesar dos avanços técnico-científicos no entendimento do cérebro, permanece sem uma solução consensual ou satisfatória. A dificuldade em explicar a consciência — especialmente sua emergência ou *status* ontológico — revela, segundo Skrbina, a limitação das abordagens dominantes, como o fisicalismo materialista e o dualismo cartesiano.

Skrbina (2005) propõe que o panpsiquismo se apresenta não apenas como uma alternativa histórica, mas como uma via teoricamente coerente e subvalorizada. Seu ponto de

² Para William Seager (2020), o problema da consciência decorre do fracasso do fisicalismo em dar conta da experiência subjetiva. Embora a ciência moderna descreva minuciosamente os aspectos funcionais e comportamentais da mente, ela não explica a dimensão fenomenal — aquilo que é “ter” uma experiência. Seager argumenta que essa dificuldade não é um detalhe técnico, mas um impasse estrutural da visão mecanicista, que carece de uma noção positiva do “físico”. Diante disso, ele defende o panpsiquismo como alternativa teórica consistente: admitir que a subjetividade, em forma elementar, é constitutiva da realidade, assim como massa ou carga, evitando reduzi-la a uma ilusão ou a um mero subproduto da matéria.

partida consiste em desafiar dois pressupostos comuns: (1) que a mente se restringe a humanos ou, no máximo, a animais superiores; e (2) que a mente é um epifenômeno do cérebro biológico. A crítica a essas premissas abre espaço para a consideração de que a mente — ou propriedades mentais rudimentares — pode estar presente em todos os entes materiais, posição que caracteriza o panpsiquismo.

O autor define o panpsiquismo como a ideia de que toda matéria possui, em algum grau, uma dimensão interior ou mental. Tal perspectiva, embora varie em formulação e intensidade ao longo da história, sempre implicou a recusa da cisão absoluta entre mente e mundo. O panpsiquismo é, assim, tanto uma ontologia (uma teoria sobre o ser) quanto uma metateoria da mente — ou seja, ele estabelece uma estrutura que pode acomodar diversas concepções específicas de mente, desde que estas sejam aplicáveis universalmente.

Skrbina (2005) destaca que essa metateoria pode ser compatível com múltiplas tradições filosóficas, como o dualismo, o funcionalismo ou o identismo, desde que estas reconheçam a presença de mente (ou sua possibilidade) em todos os entes. Tal versatilidade, longe de ser um defeito, é para o autor um indício de sua robustez teórica. No entanto, o autor observa que muitos defensores históricos do panpsiquismo não elaboraram uma definição precisa de “mente”, o que frequentemente levou a críticas injustificadas. Em resposta, ele propõe uma abordagem mais rigorosa, alertando para os riscos do uso de termos excessivamente antropocêntricos como “consciência”, “alma” ou “cognição”, preferindo conceitos como “experiência”, “qualia” ou “psique”.

A seguir, o autor contextualiza o debate no interior da tradição metafísica, analisando as principais correntes ontológicas: o monismo, o dualismo e o monismo neutro. O monismo materialista, dominante na ciência contemporânea, sustenta que tudo é matéria, e que a mente é uma função ou epifenômeno dessa substância básica. Contudo, Skrbina (2005) destaca as limitações desse modelo: ele não oferece explicações convincentes para a emergência da consciência, tampouco consegue articular uma ontologia verdadeiramente unificada, dada a fragmentação interna da física contemporânea.

Do lado oposto, o idealismo metafísico, que afirma que tudo é mente, também aparece como uma alternativa parcial. Embora algumas vertentes do idealismo — como o absoluto de Hegel ou o personalismo de McTaggart — se aproximem do panpsiquismo, Skrbina (2005) argumenta que muitas versões idealistas não implicam, necessariamente, a ideia de que *todas* as coisas possuem uma mente. Ele insiste que o panpsiquismo, por sua estrutura pluralista, não deve ser confundido com o idealismo monista.

Uma posição intermediária, o monismo neutro, é vista com simpatia pelo autor. Tal doutrina postula uma substância fundamental que não é nem mente nem matéria, mas da qual ambas derivam. Filósofos como Mach, Russell e especialmente William James, com sua noção de “experiência pura”, ofereceram bases filosóficas importantes para esta visão. Para Skrbina, o monismo neutro tende naturalmente ao panpsiquismo, ao evitar a cisão radical entre interioridade e fisicalidade.

A análise do dualismo também é refinada. O autor distingue entre dualismos sobrenaturais (religiosos) e dualismos naturalistas, focando nos últimos. Ele explora os modelos de interação possíveis entre mente e matéria — como o interacionismo, o epifenomenalismo e o paralelismo — e mostra que todos enfrentam sérios problemas teóricos, sobretudo no que tange à explicação causal e à conservação de energia. A incapacidade persistente de resolver o problema da interação leva Skrbina (2005) a sugerir que talvez seja necessário repensar os próprios termos da relação mente-matéria, em vez de insistir em modelos explicativos que não dialogam com o mundo físico tal como o compreendemos hoje.

Por fim, o autor se debruça sobre a definição de panpsiquismo em si. Dada a confusão terminológica, ele propõe uma definição funcional: “todos os objetos, ou sistemas de objetos, possuem uma experiência interior singular do mundo que os cerca” (Skrbina, 2005, p. 16). Essa formulação evita termos antropomórficos e aponta para uma ontologia relacional e fenomenológica, em que toda forma de existência se caracteriza por algum tipo de interioridade. Para apoiar sua definição, Skrbina (2005) diferencia panpsiquismo de outros termos relacionados, como animismo, hylozoísmo, panbiotismo, pantheísmo, panentheísmo e panexperencialismo, esclarecendo que, embora compartilhem raízes históricas e temáticas, cada conceito carrega implicações distintas e deve ser tratado com precisão filosófica.

O capítulo se encerra com a defesa da importância do panpsiquismo como um sistema filosófico negligenciado. Skrbina (2005) argumenta que, ao longo da história, quase todas as grandes escolas da filosofia flertaram com essa doutrina, ainda que de formas variadas. Sua proposta é que, diante da falência das ontologias modernas em lidar com a questão da mente, é chegada a hora de recuperar e desenvolver, com rigor, a tradição panpsiquista como uma alternativa legítima e teoricamente promissora.

3 Do antropocentrismo ao antropoceno: um giro cosmológico necessário

Na introdução de sua obra, Arne Johan Vetlesen (2019) propõe uma crítica contundente ao legado antropocêntrico que moldou as concepções modernas de natureza,

mente e cultura. Em consonância com a perspectiva de Skrbina (2005) sobre o enraizamento profundo da visão mecanicista no imaginário ocidental, Vetlesen (2019) denuncia a cosmovisão que concebe a natureza como um conjunto impessoal de objetos sem valor intrínseco, legitimando sua exploração como mera fonte de recursos para benefício humano. Embora o dualismo cartesiano tenha sido criticado teoricamente desde seu surgimento, ele permanece vivo nas práticas institucionais e sociais contemporâneas, evidenciado no modo como o mundo natural é submetido a intervenções humanas destrutivas e aceleradas.

Vetlesen (2019) argumenta que o antropocentrismo moderno não é apenas descritivo, mas normativo: postula a superioridade humana como fundamento moral da civilização ocidental, justificando políticas, estruturas e práticas que marginalizam ou instrumentalizam todas as formas de vida não humanas. Essa ideologia não se limita ao campo do pensamento; ela é internalizada desde a infância como parte do processo de socialização, tornando-se segunda natureza e naturalizando o uso abusivo da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos do planeta.

A ascensão do conceito de Antropoceno — cunhado por Paul Crutzen em 2002 — fornece, segundo Vetlesen, a evidência empírica mais drástica dos efeitos do antropocentrismo: trata-se de uma nova época geológica, marcada pela intervenção humana como força dominante na configuração dos sistemas da Terra. Os impactos mencionados por Crutzen — como a transformação de metade da superfície terrestre, o represamento dos rios e a devastação da biodiversidade — são intensificados por dados mais recentes que revelam o colapso ecológico em curso. Vetlesen cita estudos como o de Gerardo Ceballos *et al.* (2017), que apontam uma “aniquilação biológica” em larga escala, associando-a diretamente ao crescimento populacional, ao consumismo exacerbado e à ficção de crescimento econômico infinito.

Esse novo cenário não é meramente ecológico ou técnico: possui significado ontológico, ou seja, exige um novo modo de pensar a realidade. Vetlesen (2019) recusa tanto a leitura celebratória do Antropoceno feita por ecomodernistas — que veem na crise uma oportunidade para reafirmar o domínio humano através da geoengenharia — quanto as tentativas de explicá-lo como mero prolongamento histórico de práticas humanas já conhecidas, como o surgimento da agricultura ou a lógica do capital. Para o autor, o Antropoceno é uma ruptura histórica e geológica sem precedentes, que desafia os modelos explicativos existentes e exige uma revisão radical dos pressupostos filosóficos.

No centro desse desafio está a emergência dos chamados hiperobjetos, conceito cunhado por Timothy Morton para descrever entidades como a radiação ou o aquecimento

global: objetos massivos, distribuídos no tempo e no espaço, não intencionais, irreversíveis, que escapam à lógica da fabricação ou da intencionalidade humana. Eles embaralham as fronteiras tradicionais entre o natural e o artificial, o orgânico e o tecnológico, problematizando categorias fundamentais do pensamento ocidental.

Vetlesen (2019) aponta que a filosofia dominante — fundada na distinção entre cultura (ativa, significativa) e natureza (passiva, destituída de propósito) — é incapaz de dar conta da complexidade do presente. Sua crítica se estende também ao pós-humanismo, especialmente nas versões defendidas por autores como Latour e Barad, por sua tendência a nivelar diferenças ontológicas específicas e falhar em reconhecer a destruição massiva de agências não humanas promovida pelas práticas humanas. A crítica de Vetlesen aos pós-humanismos é que, ao enfatizarem a multiplicidade de agências, deixam de fora a experiência do luto diante da extinção em massa em curso — uma omissão sintomática do distanciamento dessas teorias em relação à realidade empírica.

Contra essa insuficiência, Vetlesen propõe uma reabilitação do panpsiquismo — entendido não apenas como teoria metafísica, mas como cosmologia praticada, próxima do animismo. Para ele, o panpsiquismo oferece uma perspectiva alternativa ao reconhecer agência, interioridade e valor em todas as formas de existência, contrariando a estrutura antropocêntrica que subordina tudo ao humano. Trata-se de um modelo cosmológico que não separa mente e matéria, cultura e natureza, mas que os entrelaça de maneira dinâmica e recíproca.

O autor sugere que o panpsiquismo pode servir como um recurso para reconhecer a multiplicidade de pontos de vista não-humanos, contribuindo para descentralizar o humano como medida de todas as coisas. Esta tarefa, contudo, não pode ser apenas teórica: exige uma reeducação perceptiva, uma abertura à escuta dos modos de ser de outros seres e à valorização de formas de vida que, embora tradicionalmente excluídas das categorias filosóficas clássicas, revelam agências concretas e vulneráveis.

Por fim, Vetlesen articula sua proposta filosófica com dados etnográficos, afirmando que animismo é panpsiquismo em prática. Culturas indígenas, como as estudadas por Philippe Descola ou Eduardo Kohn, não apenas concebem, mas vivem um mundo onde humanos e não humanos se relacionam como sujeitos, com perspectivas, afetos e intencionalidades. Ao incorporar essas experiências, a filosofia poderia recuperar uma dimensão esquecida de nossa relação com o mundo: a de um pertencimento radical, vivido como participação em uma realidade viva, sensível e compartilhada.

Assim, Vetlesen não propõe uma simples substituição do antropocentrismo por outra ontologia totalizante, mas sim uma reconfiguração pluralista da relação entre humanidade e mundo, onde o reconhecimento da alteridade e da vulnerabilidade de todas as formas de vida se torna condição para uma convivência ética e ontologicamente legítima.

4 O Manifesto Panpsiquista de William Seager

No capítulo introdutório da coletânea que organiza, William Seager (2020) apresenta uma defesa abrangente e articulada do panpsiquismo como uma alternativa teórica séria para o problema da consciência. Longe de se restringir a um exercício metafísico extravagante, o panpsiquismo, na formulação de Seager, emerge como uma hipótese ontológica que ganha força exatamente onde os modelos fisicalistas tradicionais fracassam: na explicação da natureza subjetiva da experiência consciente.

Seager (2020) parte de um diagnóstico que tem se tornado recorrente na filosofia da mente: apesar do notável avanço nas neurociências e nas tecnologias de imageamento cerebral, o “problema difícil da consciência”, conforme articulado por David Chalmers, permanece intocado. A questão de como estados físicos — presumivelmente desprovidos de qualquer dimensão subjetiva — poderiam gerar experiências conscientes ainda resiste a qualquer solução mecanicista. Seager defende que o motivo dessa dificuldade reside na própria estrutura conceitual herdada da tradição mecanicista da ciência moderna, cujas raízes remontam a Leibniz, Newton e ao modelo do “LEGO world”, onde a realidade seria constituída por unidades discretas interagindo segundo leis locais e determinísticas.

Contudo, a física contemporânea, especialmente a quântica, corroeu essa imagem mecanicista. A realidade descrita por campos quânticos e fenômenos de entrelaçamento desafia noções clássicas de individualidade e separabilidade, desestabilizando a ideia de que a matéria é aquilo que se concebia nos séculos XVII e XVIII. Nesse vácuo conceitual — em que não mais possuímos uma concepção positiva do que seja o “físico” —, o panpsiquismo aparece como uma proposta plausível. Sua tese central é que a consciência, entendida de forma minimalista como sentiência ou subjetividade primitiva, é uma característica fundamental da realidade, assim como a carga elétrica ou a massa.

O autor argumenta que essa visão não implica que “tudo é consciente” no sentido antropomórfico. Pelo contrário, ela permite conceber que sistemas compostos, como cérebros humanos, resultem de formas complexas de “química mental”, ao passo que pedras ou cadeiras não teriam a configuração adequada para dar origem a uma mente integrada. É nesse

contexto que surge o maior desafio teórico do panpsiquismo contemporâneo: o chamado “problema da combinação”, isto é, como experiências subjetivas fundamentais poderiam se integrar em experiências mais ricas e complexas como as humanas. Seager (2020) não oferece uma resposta definitiva, mas aponta diversas propostas em desenvolvimento, como a ideia de co-consciência, vínculos fenomenais e o panpsiquismo cosmopsíquico — onde a consciência fundamental é atribuída ao cosmos como um todo, e não às partes.

O texto se fortalece ao confrontar as alternativas tradicionais ao panpsiquismo. Seager (2020) argumenta que o emergentismo radical — a ideia de que a consciência “aparece” subitamente em certos níveis de complexidade — carece de inteligibilidade filosófica e rompe com o projeto explicativo da ciência. Por outro lado, o eliminativismo, que nega a existência da própria consciência, incorre, segundo ele, em contradições performativas, pois o ato de negar a experiência exige já estar situado no domínio da experiência.

Ao final, Seager (2020) conclui que, embora o panpsiquismo enfrente objeções significativas, ele permanece como uma das poucas posições teoricamente viáveis que preservam tanto a integridade da ciência quanto a realidade inegável da experiência consciente. O preço a se pagar é alto: admitir que a subjetividade está entre os constituintes fundamentais do universo. Ainda assim, para Seager (2020), esse é um preço filosófico e cientificamente legítimo frente à falência explicativa do fisicalismo ortodoxo.

5 Conclusão

A articulação entre os textos de Skrbina (2005), Vetlesen (2019) e Seager (2020) revela a potência do panpsiquismo como uma via filosófica que desafia os alicerces do pensamento ocidental moderno, ao recusar a cisão ontológica entre mente e matéria, humano e natureza. Ao resgatar tradições muitas vezes silenciadas ou marginalizadas — como o animismo, o monismo neutro e as ontologias relacionais —, o panpsiquismo aparece como uma cosmologia alternativa que não apenas desloca o antropocentrismo, mas inaugura novas possibilidades de historicidade, agência e coexistência. Nesse sentido, a proposta do panpsiquismo como uma alternativa cosmológica se inscreve diretamente nos objetivos da disciplina *Tópicos Especiais em Filosofia da História*, ao explorar caminhos filosóficos que rompem com a linearidade do progresso ocidental, com o sujeito racional isolado e com a ideia de natureza como recurso passivo. A valorização de uma multiplicidade de modos de existência e de perspectivas cosmológicas revela-se fundamental não apenas para repensar o

lugar do humano no mundo, mas também para imaginar futuros possíveis frente às múltiplas crises que caracterizam o nosso tempo histórico.

Referências

VETLESEN, Arne Johan. **Cosmologies of the Anthropocene: Panpsychism, Animism, and the Limits of Posthumanism**. London; New York: Routledge, 2019.

SEAGER, William. A Panpsychist Manifesto. *In*: SEAGER, William (ed.). **The Routledge Handbook of Panpsychism**. New York: Routledge, 2020. p. 1-12.

SKRBINA, David. **Panpsychism in the West**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2005. p. 1-22.